

*A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910**

VERA LÚCIA BOGÉA BORGES
Colégio Pedro II

Resumo: No segundo semestre de 1909, a eleição para a presidência da República no Brasil apresentou dois candidatos, Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. A oposição entre os dois concorrentes trouxe para a cena política do país a polêmica entre militarismo e civilismo. Durante a batalha eleitoral de 1910, um episódio marcou a cidade do Rio de Janeiro sendo conhecido como a Primavera de Sangue. Ao celebrarem a chegada da nova estação do ano, os acadêmicos cariocas foram surpreendidos pela ação violenta da Força Policial do Distrito Federal, comandada pelo general Souza Aguiar, que vitimou dois estudantes e ferindo muitos outros. O inquérito policial, os debates na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e a cobertura jornalística na imprensa realçaram o papel dos civis e dos militares na Primeira República.

Palavras-chave: Primavera de Sangue; Batalha Eleitoral de 1910; Cidade do Rio de Janeiro

Abstract: In the second semester of 1909, there were two candidates running for president of Brazil: Hermes da Fonseca and Rui Barbosa. The antagonism between the two competitors brought to the country's political scene the polemics between militarism and civilism. During the electoral battle of 1910, an event made an imprint on the city of Rio de Janeiro -- the event known as the Springtime of Blood. Upon celebrating the arrival of the new season, college students in Rio de Janeiro were taken by surprise by the violent action of the Police Force of the Federal District, led by general Souza Aguiar - an action which caused two fatal victims and injured several others. The police inquest, the debates at the House of Representatives and at the Senate, and the journalistic coverage highlighted the role of civilians and military people in the First Republic.

Key Words: Springtime of Blood; The Electoral Battle of 1910; City of Rio de Janeiro.

Em setembro de 1909, a cidade do Rio de Janeiro, então Capital federal, serviu de palco privilegiado para a eleição presidencial que ocorreu em 1º de março do ano seguinte. A campanha daquele período apresentou inovações em relação às demais disputas presidenciais da Primeira República. Aquele pleito não teve candidatura única como era comum naquela etapa da vida política do país, mas sim dois concorrentes: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. Os dois candidatos não eram figuras desconhecidas na política, uma vez que ambos eram nomes presentes desde os primórdios republicanos (BORGES, 2011, p. 139).

A carreira militar de Hermes da Fonseca começou, em 1871, na Escola Militar. Pelo prestígio que havia conquistado no meio militar foi conduzido à chefia do Ministério da Guerra na administração do presidente Afonso Pena (1906-1909). Neste período várias modificações foram realizadas no Exército, entre elas destaca-se a ida de um grupo de jovens oficiais brasileiros que realizaria estudos de aperfeiçoamento junto ao Exército alemão, considerado o mais bem preparado naquele momento. A projeção no cargo acabou levando Hermes à Europa, em 1908, atendendo ao convite do Kaiser Guilherme II, para assistir às manobras do exército alemão em Potsdam, que contou com vasta cobertura jornalística favorável à viagem do ministro da Guerra, então chamado de *kaiser sul-americano*. Ao retornar para o Brasil, Hermes conquistou a condição de candidato logo após a morte prematura de João Pinheiro, presidente de Estado em Minas Gerais. O inesperado desaparecimento do pré-candidato mineiro, em outubro de 1908, levou a novas possibilidades políticas. Assim, o primeiro candidato declarado nas eleições foi o Marechal Hermes da Fonseca, que rapidamente recebeu o apoio do Partido Republicano Mineiro em troca da indicação do vice na chapa, Wenceslau Brás. O apoio à candidatura militar também veio do presidente Nilo Peçanha – que com a morte de Afonso Pena havia assumido a presidência da República –, do senador Pinheiro Machado e de alguns estados do Norte e do Nordeste do país.

A reação à campanha militarista deu origem aos civilistas. Para este grupo, diante da ameaça do militarismo, era importante marcar presença com o diferencial do civilismo. Além disso, consideravam ser direito da população do país escolher por si mesmo os seus representantes, entre os mais idôneos, de acordo com a interpretação civilista. Dentre os vários presidenciáveis, conquistou a vaga o senador Rui Barbosa. Com a proclamação da República, ele ocupou o Ministério da Fazenda, mas sua política financeira foi

interrompida com a demissão coletiva do ministério dois anos mais tarde. A partir de então ocupou uma cadeira no Senado Federal, o que lhe garantiu destacada atuação na cena política nacional. Durante o governo Afonso Pena, Rui Barbosa foi nomeado chefe da delegação brasileira à II Conferência de Paz, reunida em Haia em 1907, na qual defendeu o princípio da igualdade entre as nações. Com a projeção internacional, ao retornar ao Brasil, tornou-se também candidato em potencial à presidência.

Além do governo da Bahia, a campanha civilista contou com o apoio do Partido Republicano Paulista (PRP), que indicou o vice da chapa, o presidente de Estado Albuquerque Lins. O PRP era uma força política organizada no país desde a proclamação da República por congregar os interesses dos cafeicultores. Para este grupo paulista era fundamental assumir o controle de decisões políticas, econômicas e financeiras com o fito de garantir o desenvolvimento da cafeicultura. Sua concepção de República estava nos moldes federalistas a partir da reunião de estados unidos pela nacionalidade, assim como a solidariedade dos grandes interesses de representação e de defesa no exterior. Portanto, a oposição ao militarismo estabelecida pelo civilismo imprimia à disputa o aspecto de confronto nacional de idéias, atribuindo ao eleitor a condição de árbitro na disputa (BORGES, 2004, p. 137-164).

Em tempos de campanha eleitoral à presidência da República, o cotidiano carioca foi marcado por um emblemático acontecimento: a Primavera de Sangue. Por ocasião da chegada da estação da primavera, em setembro de 1909, os estudantes de muitas capitais latino-americanas celebravam a data simultaneamente e procuravam sempre aproveitar a ocasião para associarem algum tipo de protesto. Naquele ano, os acadêmicos cariocas organizaram uma passeata que ganhou colorido diferente com o enterro político do general Antonio Geraldo de Souza Aguiar, comandante da Força Policial do Distrito Federal. A manifestação terminou com o saldo de duas vítimas fatais, daí a alusão ao sangue, com o qual o episódio ficou consagrado, isto é, Primavera de Sangue.

Os problemas atinentes à polícia eram antigos. A falta de harmonia entre os dois corpos, civil e militar, ficava explícita a partir da esfera de ação de seus dirigentes, uma vez que apenas o general comandante da força policial podia mobilizar a polícia militar. Caso o chefe da polícia do Distrito Federal necessitasse mobilizar destacamentos dos quartéis precisaria solicitar autorização via requisição, que poderia ser aceita ou não, ao comandante da

força. Além disso, o Exército cada vez mais tomava conta da Força Policial que progressivamente ganhava feições militares, o que representava dispendiosos gastos aos cofres públicos. Logo após a Primavera de Sangue, através de uma nota, o governo substituiu a força policial imediatamente pela guarda republicana, dividida em infantaria e cavalaria, para serviços de repartições públicas e para auxiliar a guarda civil nos casos de perturbação da ordem. Portanto, naquele período, o impasse estava em dar à polícia um caráter profissional e técnico ou mantê-la com o mesmo caráter de força militarizada, uma espécie de reserva do exército (ANAIS CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v. XI, p. 274-277).

Desde a primeira década republicana, entre os acadêmicos do Distrito Federal, quando uma pessoa ganhava a aversão do grupo era simbolicamente enterrada, o que consagrou a expressão matar por ridículo. A cerimônia da procissão fúnebre era cuidadosamente arquitetada e com muitos elementos do rito católico, ou seja, padre à frente, presença da cruz e tudo devidamente embalado por canto de inúmeras vozes. Neste sentido, sempre era difícil a resposta da polícia a esta prática que nunca era proibida ou mesmo reprimida. Normalmente comunicada de véspera, a possibilidade de punição só teria base no artigo 185 do Código (BRASIL, 1890, p. 23), no entanto o argumento dos estudantes seria o fato de que não tinham a intenção maliciosa, o dolo específico, segundo o termo jurídico, essencial ao crime, mas com certeza, visavam a ridicularizar determinada pessoa.

Em 1909, por mais de uma vez, o general Souza Aguiar teve seu nome envolvido em atos de violência. O primeiro deles foi o caso da *Light*, em virtude dos maus serviços prestados pelos bondes da companhia. Ao reclamar do mau serviço da companhia, a população foi espancada pelos soldados da Força Policial. Além deste caso, em 21 de setembro de 1909, os estudantes concentraram-se no palácio Monroe, percorreram várias ruas para lembrarem, de forma ruidosa, pessoas e fatos da atualidade e de maneira espontânea, caçoavam os passantes. Durante a manifestação, os carros que circulavam próximos eram parados, o que tumultuou o trânsito e começou a exaltar os ânimos nos arredores. Na rua Senador Dantas, um veículo da Força Policial que transportava músicos, além de não atender à solicitação dos jovens para parar, ainda surpreendeu a todos com uma reação inesperada do seu cocheiro-condutor que, ao chicotear os animais atirou, assim, a carroça contra o grupo. Uma das chicotadas atingiu o acadêmico Pedro Barreto. Indignado com o ocorrido, o grupo procurou o comandante da

Força Policial. Ao ser informado do incidente, Souza Aguiar não deu nenhuma importância e ainda responsabilizou os estudantes pelo ocorrido, afinal, segundo ele, frequentemente os mesmos costumavam provocar desordens na cidade. Os jovens não ficaram quietos e disseram que iriam se queixar direto ao presidente da República, Nilo Peçanha. Souza Aguiar não se intimidou e ainda teve fôlego para dar um safanão num acadêmico, jogando-o num sofá próximo. O clima de animosidade entre as partes estava estabelecido (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1909, p. 3).

No dia seguinte, diante da manifestação pela chegada da primavera, comandada pelos acadêmicos de medicina que não se conformavam com a conduta do general Souza Aguiar, a Força Policial tentou interrompê-la sem sucesso. À frente do cortejo, na função de padre, estava o jovem José de Araújo Guimarães – aluno do primeiro ano de Medicina que tinha 17 anos e ocupava o cargo de 2º secretário do Centro dos Acadêmicos – e, ao seu lado, como assistente, Francisco Ribeiro Junqueira – que ainda foi transportado com vida para a Misericórdia, onde veio a falecer apresentando um ferimento no peito, sendo seu corpo transportado para a Politécnica envolto numa bandeira do país – ambos vítimas fatais. A marcha foi acompanhada por centenas de estudantes e teve seu ápice no Largo de São Francisco de Paula, centro da cidade do Rio de Janeiro, quando surpreendentemente alguns indivíduos investiram contra o grupo com extrema violência, ferindo mortalmente o padre, o assistente e provocando lesões em inúmeros outros (MORAES, 1989, p. 169-174). Mais tarde foi apurado que os agressores eram praças à paisana subordinados a Souza Aguiar. Com a instauração do inquérito ficou comprovada a responsabilidade de alguns oficiais do Regimento da Cavalaria, entre os quais João Aurélio Lins Wanderley e muitos soldados.

Ainda em setembro de 1909, o candidato civilista Rui Barbosa denunciou a ação violenta da Primavera de Sangue no Senado, afirmando que em um país constitucional, a farda não eximia de críticas uma categoria e muito menos a isentava de suas responsabilidades legais para qualquer um dos cidadãos do país. De acordo com o jornal *Gazeta de Notícias*, para o senador baiano, quando se contrapõe a ordem civil à ordem militar o que estava em questão era o regime constitucional e o deslocar do eixo do poder público (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1909, p. 2).

Por sua vez, na Câmara dos Deputados, o deputado Irineu Machado ao discursar afirmou que o caso de Souza Aguiar deveria ser analisado em um

consultório de psicólogo e mais do que a responsabilidade penal sobre o general havia também a responsabilidade moral do chefe da polícia. O parlamentar lembrou ainda que o ocupante do mesmo cargo na administração de Afonso Pena, Alfredo Pinto, também sofrera enterro político e nem uma gota de sangue fora derramada (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v.VIII, p. 521-522). Reforçando essa posição, antes da votação do requerimento com voto de pesar, os deputados Seabra e Jesuíno Carvalho também pediam justiça e manifestavam apoio à mocidade carioca (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v.VIII, p. 486-487). A discussão acerca do caso não parou aí. Ainda em setembro, o deputado Pedro Moacyr afirmava que a demonstração de pesar público, presenciada no dia anterior pelas ruas da Capital da República, desde a Escola de Medicina até o cemitério de São João Batista, era uma manifestação nunca vista pelo povo do Rio de Janeiro. De acordo com suas palavras, o que saltava aos olhos era a eloquência, a unanimidade e, acima de tudo, a espontaneidade do ato da população carioca. Segundo o deputado:

A população quer dar a toda a pátria uma prova da sua repulsa, do seu protesto, da sua reação moral, silenciosa, porém por isto mesmo mais solene, mas augusta, mais cheia de conseqüências incalculáveis, contra o espírito da força, contra a teoria da brutalidade, contra o instinto da violência, que está procurando sistematicamente, por vias diretas ou indiretas, aqui e ali, no norte, no centro, no sul, fazer recuar de muitos anos toda a cultura liberal deste país. ...

Esse general, entretanto que pertence à camada culta do Exército, em determinados momentos de perturbação da ordem, ou na iminência de fatos que S. Ex. acreditou atentórios do prestígio de sua farda, da farda do exército brasileiro, dos seus galões de general, não trepidou em sacrificar todos os seus sentimentos, toda a sua educação, todo o seu futuro, todo o seu renome todo o crédito adquirido pessoalmente, no exercício dos mais altos cargos da administração pública, para sobrepor a tudo isto um critério falso, danoso prejudicial aos interesses fundamentais da sociedade brasileira, profundamente nocivo à nossa cultura, desrespeitador das nossas tradições de povo livre, tolerante e humanitário, o critério falso da defesa “da honra da sua farda”, ou da sua autoridade militar que ia ser atingida

pela troça jovial dos estudantes. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v. VIII, p. 520).

O deputado Pedro Moacyr destacou ainda em seu discurso que, na Europa, era corrente o fato de inúmeros jornais não pouparem parlamentares, monarcas, reis, imperadores, presidentes de conselhos e outras altas autoridades e, entretanto, nenhuma só delas jamais se opôs a estas expansões do riso público, da jovialidade deste ou daquele grupo. Assim, o recurso do tacão, da bota, do chicote ou mesmo do punhal dos policiais não poderia transformar aqueles que deveriam zelar pela ordem pública, da mesma forma que seus subordinados, em assassinos em potencial. Portanto, acima de tudo, os integrantes da polícia deveriam demonstrar o respeito à verdadeira liberdade de pensamento.

Em cumprimento da ordem expressa do presidente da República, Nilo Peçanha, acrescida pela repercussão no meio jornalístico, foi estabelecido rigoroso inquérito. Os advogados de acusação eram Mario Vianna, Teodoro Magalhães, Godofredo Vianna e Evaristo de Moraes, equipe que teve muita dificuldade em submeter os réus a julgamento, fato que só ocorreu quase um ano depois do crime. A defesa era representada por Nicanor Nascimento e Caio Monteiro de Barros, cabendo a presidência do julgamento ao juiz Machado Guimarães, que contava ainda com a participação do promotor público Honório Coimbra. A atmosfera em torno do caso era de terror e os boatos iam do possível assalto do tribunal por colegas do Exército do tenente Wanderley, a ameaças de morte aos jurados caso a sentença fosse desfavorável, assim como todos os demais envolvidos corriam risco de vida. Em consequência, adotaram-se inúmeras medidas de prevenção e precaução no dia de julgamento. No final do julgamento todos os réus foram condenados e, no caso do tenente Wanderley e dos executores, a pena foi a máxima, isto é, de trinta anos. A reação foi imediata e alguns segmentos protestaram por novo julgamento. Disse Evaristo de Moraes a respeito:

Operou-se, principalmente em relação ao tenente, um fenômeno que é de frequente observação: quando são aplicadas penas maciças, muito pesadas contra réus, cuja criminalidade não é monstruosa, ou não resulta bem provada, sensibiliza-se a opinião pública, há como viravolta no pensamento coletivo, em benefício dos condenados. Dar-se-ia que o grau da pena desloca a

piedade, retirando-a do lado da vítima e conduzindo-a para o lado do réu.

Tal se deu com o indigitado mandante dos soldados assassinos, beneficiário dessa mudança do sentimento público.

Acrescia a circunstância de estar na consciência de toda gente que, a serem culpados, como afirmava a acusação, ele e o tenente Arlindo, outros oficiais deveriam, também, vir ajustar contas com a Justiça em face de certos indícios que transpareciam do processo.

Emocionou-se, além de tudo, a classe militar, interessando no assunto o seu clube que centralizou o serviço de defesa e a colheita dos socorros pecuniários (MORAES, 1989, p. 172).

No segundo semestre de 1909, enquanto os dois candidatos à presidência da República, Hermes de Fonseca e Rui Barbosa, percorreram algumas das capitais do país em campanha eleitoral, o candidato civilista recebeu a seguinte carta:

Exc. Sr. Conselheiro Rui Barbosa

Minha sincera saudação,

Permita V.Ex. que eu tome a liberdade de apresentar-me, para dizer o que sofro e o que sinto, dando assim expansão a dor que me sufoca.

Sou um velho monarquista que nunca aceitou a República, mas sou como um brasileiro que trabalha para vê-la melhor, já que tenho netos, os quais quero legar uma pátria grande e livre, visto que a sorte arvora e cruel privou-me de todos os filhos.

Sou avô de Francisco Pedro Ribeiro Junqueira, a pobre criança que na lúgubre tragédia de 22 de setembro caiu assassinada pela policia militar de nossa infeliz pátria, vendo assim desfazer-se uma esperança que alimentava no fim da vida a deixar um neto educado para servir de amparo a seus irmãos mais novos.

Na minha dor, as palavras de V. Ex. no Senado, evocando cenas passadas para mostrar o perigo militar futuro [...] Causou-me grande admiração que da bancada mineira, na Câmara dos Deputados, não me partisse uma só condolência e que antes, pelo contrário, houvesse quem procurasse abafar o discurso sobre a lúgubre tragédia.

No caos em que se debate nossa infeliz pátria, permita V. Ex. que o pobre roceiro agradecido acuse-lhe que se acautele, porque o braço assassino que não trepidou sacrificar pobres

crianças, não trepidará em liquidar a quem está reservado lugar proeminente na nossa pátria.

Não sou político militante, hoje, mas a generosidade de todo meu município, acompanhando minha dor, prometeu-me adesão plena e o vosso nome será o nosso candidato na futura eleição presidencial.

Beijo as mãos de V. Ex. e transmito meus agradecimentos eternos.

De V. Ex. amigo e admirador

Vila de Silvestre Ferraz, 10 de outubro de 1909

Francisco Ribeiro Junqueira

Coronel reformado da Guarda Nacional da comarca de Pouso Alto (INVENTÁRIO ANALÍTICO, 1984, v.3, CR 729/9).

O documento anterior é uma demonstração das relações complexas entre militares e civis que marcaram os anos iniciais da terceira década republicana no Brasil. Um cidadão do interior do Brasil, que não se considerava um militante político, não poupou críticas à ação militar violenta que vitimou seu neto. Diante da sua dor, Francisco Ribeiro Junqueira relacionou elementos da campanha eleitoral à presidência da República com o episódio da Primavera de Sangue. O próprio autor do documento pertenceu aos quadros da Guarda Nacional. Nos estados brasileiros, esta força era formada por soldados e por oficiais oriundos dos quadros da elite e criada com a finalidade de garantir o controle da elite política local e, portanto, subordinada à liderança regional. Além disso, a supervisão da Guarda Nacional era feita pelo ministro da Justiça e não pelo ministro da Guerra responsável pelo Exército brasileiro. É importante observar ainda que no momento em que o sistema republicano no país praticamente alcançava sua maioria, ao completar vinte anos de existência, as referências monárquicas não foram esquecidas, como, por exemplo, a expressão de *conselheiro* Rui – alusão a sua condição no Império – e a identificação explícita de Ribeiro Junqueira como velho monarquista. Além disso, outro importante elemento do documento refere-se ao perigo militar futuro numa explícita menção à disputa à presidência da República, uma vez que um dos candidatos, Hermes da Fonseca, era militar de formação sendo o favorito no pleito que estava para se realizar.

Vale destacar que as tensões entre civis e militares não eram algo circunscrito à batalha eleitoral de 1910. Alguns traços dos embates entre civis e militares que marcaram, de forma mais intensa ou não, a Primeira República no Brasil. De acordo com a Constituição de 1891, uma das

missões do Exército era tanto a defesa externa contra possível ataque quanto a tarefa da defesa interna do país. Desta forma, seus oficiais interpretaram que não bastava estabelecer a República, era preciso protegê-la. Na condição de braço armado do Estado, o Exército estava ciente de seu papel na nação e zelava para cumprir as determinações políticas e sociais que partiam das elites brasileiras. Na Primeira República, o Exército tornou-se um grupo de pressão e a mocidade militar da época se considerava mais instruída e preparada para a modernização do país do que os bacharéis, impregnados pela literatura que, através da oratória como método político, valorizava o discurso em detrimento das soluções práticas. Por sua vez, os militares recorriam à doutrina do soldado-cidadão que levou à politização das Forças Armadas, considerando-se homens de ação, patriotas e honestos que conquistavam ascensão social através do mérito. Entretanto, esta percepção não nos permite afirmar que mesmo entre os militares havia um desejo de militarismo. Frank McCann afirma:

Durante o século XIX a monarquia e o Exército foram as únicas instituições nacionais do Estado e da sociedade, ambos notavelmente fracos. O golpe de 1889 fez do Exército a instituição central da República, porém sem ideologia, estrutura, experiência, pessoal, mandato político e vontade para assumir plenamente esse papel. Durante a República Velha a principal missão da oficialidade evoluiu para a construção da infraestrutura do Estado e da “fibra” humana da sociedade. (McCANN, 2007, p. 14).

Como contraponto aos princípios de obediência e de subordinação hierárquica, numa palavra, o espírito militar, afirmavam-se no século XIX as ideias de liberdade política e igualdade social que podemos associar ao espírito democrático. Nesse sentido, a discussão em torno da democracia desenvolveu-se principalmente através de uma das doutrinas dominantes daquele tempo, o liberalismo que se tornou uma das bandeiras da campanha civilista de 1910. Neste cenário, uma questão torna-se essencial: o direito de eleger representantes para o Parlamento, assim como o de ser eleito. Em linhas gerais, nos regimes representativos, o desenvolvimento da democracia projeta-se em duas direções: no crescimento quantitativo de eleitores, em um primeiro momento restrito e depois alargado, e na multiplicação dos órgãos representativos compostos por representantes eleitos. Assim, a democracia liberal torna-se muito mais quantitativa do que qualitativa do regime

representativo ao assumir característica de complemento e correção e não de mudança profunda da forma de governo.

Após 1º de março de 1910, dia da eleição, a polaridade militarismo versus civilismo não se esgotou com a divulgação do resultado das urnas que indicou a vitória de Hermes da Fonseca. Vale ressaltar, que Rui Barbosa ganhou na Bahia, seu estado natal, no Distrito Federal, em Minas Gerais – de forma surpreendente, uma vez que o candidato a vice-presidência da chapa opositora era mineiro – e de forma expressiva em São Paulo. É importante destacar que a vitória nesses quatro importantes estados brasileiros não garantiu a vitória do candidato civilista. Na montagem do federalismo brasileiro, os outros dois estados que completavam os seis principais estados brasileiros eram Rio Grande do Sul e Pernambuco, que garantiram substancial vitória para Hermes da Fonseca. Portanto, a estabilidade do regime republicano estava fundada nas alianças políticas que eram (re)feitas a cada sucessão presidencial. Assim, o jogo político da Primeira República era muito mais complexo, apesar de considerarmos que as oligarquias conseguiram consolidar um sistema de poder capaz de administrar os seus conflitos internos pelo menos desde a administração de Campos Sales com a política dos governadores ou a política dos estados (LESSA, 1999, p. 226). Além disso, no quadriênio seguinte de 1910 a 1914:

O novo traço que o militarismo ganhou a partir da campanha eleitoral foi reforçado por uma das principais ações de Hermes da Fonseca, a política das salvaçãoes. Em linhas gerais, podemos compreendê-la como o conjunto de intervenções militares nos diferentes estados com o objetivo de moralizar politicamente o país e reverter às desigualdades sociais. A reação espalhou-se produzindo duras críticas às ações governamentais e o presidente Hermes não foi poupado. Portanto, as opiniões desfavoráveis gestadas e difundidas nas eleições foram reforçadas no quadriênio seguinte (BORGES, 2011, p. 423).

Por isso, o confronto entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa dividiu a cena política do país e os conchavos de eleições anteriores tiveram que ser revistos. A conquista do voto dos eleitores no pleito de 1910 significou que as ideias estavam em movimento, inscritas na luta política da terceira década republicana, portanto, anterior à crise dos anos 1920, considerada marco inaugurador das fissuras na Primeira República. Neste sentido, a Primavera de Sangue serviu como uma demonstração da polêmica entre o papel dos

civis e dos militares no sistema republicano do país. O episódio na cidade do Rio de Janeiro apresentou campos opostos que eram formados, de um lado pelos estudantes e simpatizantes da manifestação, os civis, e de outro os militares, aqui representados através Força Policial, pelo lado legalista. Esta instituição militar, sob comando de um oficial do Exército, sacrificou inicialmente um dos seus ao permitir que apenas o tenente Wanderley fosse responsabilizado pelo fato. Sua absolvição tornou-se questão de honra, uma vez que a negativa poderia, pela ótica militar, ser danosa à sociedade. Os militares não mediram esforços para absolver – o que não significou inocentar – o único culpado. Já as famílias dos dois civis mortos, além da dor motivada pelas perdas, tiveram que conviver com a sensação de impunidade do(s) responsável(eis). A cobertura jornalística foi implacável ao despertar e/ou reforçar nos espectadores, a população em geral, que o uso da farda dava aos militares não só a condição de autoridade, mas o dever de exercê-la dentro de determinados padrões de convívio ao garantir o direito de manifestação do cidadão, inclusive o da crítica. Todavia, um novo julgamento ocorreu e, desta vez, absolveu o tenente Wanderley.

Apesar da especificidade da Primavera de Sangue, observamos neste episódio ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, vários elementos presentes na batalha eleitoral de 1910 que envolveu os dois candidatos à presidência. Naquela sucessão, a disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca trouxe para o primeiro plano as Forças Armadas e o papel da oficialidade nos assuntos nacionais. Desse modo, a capital federal foi palco privilegiado de movimentação e, em 1909 e 1910, era possível perceber a participação política da população em manifestações como a Primavera de Sangue como contraponto com os mecanismos formais de representação política frequentemente circunscritos aos partidos políticos sob controle oligárquico (GOMES; FERREIRA, 1989, p. 263). Os acadêmicos cariocas que foram protagonistas neste incidente, que começou de forma espontânea e tomou proporções jamais imagináveis, que impactou os rumos da campanha presidencial na cidade ao dividirem as opiniões e as propostas que estavam em xeque.

Referências

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. v.VIII (Sessões de 16 a 30 de setembro de 1909).

Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. v. XI. (Sessões de 1º a 13 de novembro de 1909).

BORGES, V. L. B. *A Batalha Eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.

_____. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Livre Expressão, 2004.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil nº847, de 11 de outubro de 1890 e 1127 de 6 de dezembro de 1890. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/listapublicacoes.action>>. Acesso em 3 out 2011.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1909. p. 2. O artigo não tem autoria.

GOMES, A. de C.; FERREIRA, M. Primeira República: um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, v.2, nº4, p. 244-280, 1989.

Inventário Analítico da Série Correspondência Geral (Correspondentes usuais: pessoas físicas). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. v. 3

LESSA, R. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

McCANN, F. D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

MORAES de, E. *Reminiscências de um rábula criminalista*. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Briguiet, 1989.

O Estado de São Paulo. São Paulo, 23 de setembro de 1909. p. 3. O artigo não tem autoria.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 01 de setembro de 2011 e aprovado para publicação em 22 de dezembro de 2011.